

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AVANÇOS E DESAFIOS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Adriana Monize Rocha Novaes Machado Santos¹

Jussára Laleska Paixão Teles Marques²

Kathia Cilene Santos Nascimento³

Pedagogia



**cadernos de
graduação**

ciências humanas e sociais

ISSN IMPRESSO 1980-1785

ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar os avanços e desafios do Atendimento Educacional Especializado no que diz respeito à sua implementação. Outra questão a ser abordada é a formação continuada dos professores. Essa modalidade de ensino é de extrema importância visto que durante algum tempo os alunos com necessidades educacionais especializadas ficavam à margem do acesso ao ensino regular. Sobre esse paradigma chamado inclusão o presente artigo é fundamentado em autores que abordam esse tema, bem como na legislação vigente. Quanto aos procedimentos metodológicos foram feitas pesquisas bibliográficas através de fontes escrita com base nos dados, onde utilizamos livros, sites fazendo comparações, com diferentes teóricos que abordam o tema como base de pesquisa neste artigo. Foi utilizado conceito de inclusão sob a visão de Mantoan (2003), além da abordagem de educação especial. Com base no estudo e nas questões levantadas compreendemos que ainda existem desafios a serem enfrentados no que tange à adequação das escolas e à capacitação de profissionais para atender efetivamente esses alunos assegurando um desenvolvimento pessoal, social e educacional.

PALAVRAS-CHAVE

Inclusão; Atendimento Educacional Especializado; Sala de Recursos; Multifuncionais.

ABSTRACT

This article aims to analyze the advances and challenges of Specialized Educational Assistance, not that it respects its implementation. Another question to be addressed and to continued training two professors. This modality of teaching is of extreme importance given that for some time some of the specialized educational necessities are out of our regular teaching. On this paradigm including inclusion or present paper and founded on authors that address this issue, as a current legislation. About the methodological procedures were done bibliographic research through sources written with base given us, where we use books and sites making comparisons with different theorists that address or subject as a research base in this article. It was used the inclusion concept according to Mantoan (2003), besides of the special education approach. Based on study and raised question we understand that there are still challenges to be faced about schools situation and professional training to attend well these students ensuring a personal, social and educational development.

KEYWORDS

Inclusion; Specialized Educational Assistance; Resource Room; Multifunction.

1 INTRODUÇÃO

Quando falamos em processo de inclusão escolar, nos vem à mente o processo de exclusão que vivenciamos durante anos com uma educação estereotipada. No entanto, desde as últimas décadas do século XX tem-se discutido a oferta da educação como direito de todos. Partindo desse pressuposto, espera-se então que as escolas de ensino regular se adequem para atender de forma igualitária a necessidade de todos os alunos. Assim sendo, busca-se analisar os avanços e desafios do Atendimento Educacional Especializado (AEE), visto que, esse foi o meio encontrado para que se pudesse concretizar o atendimento aos alunos em suas mais diversas necessidades.

Diante desse contexto, surgem os seguintes questionamentos: Quais os avanços alcançados com o atendimento educacional especializado? Quais os desafios que ainda existem nessa implementação e como tem sido o processo de formação continuada dos professores para atender a essa nova demanda de alunos?

Nesse seguimento, o presente artigo objetiva identificar os avanços alcançados no processo de inclusão; compreender os desafios enfrentados pela comunidade escolar na implementação do atendimento educacional especializado; analisar se a oferta do atendimento educacional especializado atende efetivamente as necessidades dos alunos.

A escolha do tema baseou-se primordialmente mediante a relevância dessa discussão no quadro educacional atual, pois é de extrema importância o processo de estabilização do atendimento educacional especializado. Essa é uma temática que não pode passar despercebida na consolidação da educação como direito de todos.

Não há dúvidas de que essa discussão é bastante ampla e de relevante importância aos que estão buscando formação na área de pedagogia. É interessante que desde já se construam conhecimentos a respeito de sua área de atuação, percebendo a abrangência de todas as questões norteadoras do processo educacional e em especial a educação inclusiva que vem ganhando bastante espaço na contemporaneidade. Levando em conta também a necessidade de trabalhar essa temática na sociedade, visto que ainda existem muitos estereótipos que dificultam o avanço das melhorias e adequações necessárias.

Quanto aos procedimentos metodológicos, utilizamos a pesquisa bibliográfica por meio de livros e revistas impressos, artigos e livros digitais/sites. A autora abordada será Maria Tereza Eglér Mantoan, 2003 e 2005, cujas obras são permeadas no conceito do processo de inclusão de forma global, ou seja, não apenas inserir o aluno com necessidades especiais orgânicas, mas, também os que de alguma forma sofrem com a exclusão escolar.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 AVANÇOS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Ao longo dos anos criou-se um estereótipo de aluno “ideal” para serem atendidos nas escolas de ensino regular, àqueles que não se enquadravam nessa definição eram então enviados para Educação Especial que, durante muito tempo foi a única alternativa acessível para os alunos com deficiência. Porém, esse modelo de educação sofria grandes críticas, pois apesar de oferecer um atendimento a esses alunos, essa segregação fortalecia o processo de exclusão da sociedade em geral. Segundo Mantoan (2003 apud GRANDE, 2006, p. 21):

Até o início dos anos 80, existiam no Brasil dois sistemas de ensino: um para a educação regular destinado a atender alunos tidos como “normais”, e outro para a educação especial, destinado especificamente a atender alunos com necessidades educacionais especiais, ou seja, os “deficientes”.

Nessa perspectiva, passou-se a pensar em uma forma de oferecer um atendimento educacional especializado a esses alunos e uma nova proposta de educação surgiu. Para atender ao desejado, a inclusão na sala de aula regular foi o caminho percorrido pela educação. Dessa forma, baseada na Constituição Federal que em seu artigo 205 reza que a educação é um direito de todos, a Educação Inclusiva passou a ser considerada e iniciou-se uma jornada em busca da consolidação desse direito.

Houve alguns momentos, objetivando atingir o nível desejado de oferta de educação para todos, que marcaram historicamente a construção dessa nova proposta de inclusão, dentre eles, Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990) e a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em Salamanca (Espanha/1994), na qual foi elaborado o documento “Declaração de Salamanca” (BRASIL, 1994).

Na Declaração de Salamanca é fomentada a concepção de que toda criança tem direito a frequentar uma sala de aula de ensino regular e assim participar do processo de construção da aprendizagem com outras crianças da sua idade. Vale ressaltar que as escolas passaram a ter obrigatoriedade de matricular os alunos com necessidades educacionais especializadas. Porém, enfatiza-se a necessidade de conduzir o ambiente escolar à adequação de sua estrutura física e funcional para atender à diversidade.

Esse processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especializadas nas salas de aula de ensino regular é alvo de discussão de vários autores. Maria Tereza Eglér Mantoan (2003, p. 30), por exemplo, defende a ideia de uma educação inclusiva total:

Incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos contemporizar soluções, mesmo que o preço que tenhamos de pagar seja bem alto, pois nunca será tão alto quanto o resgate de uma vida escolar marginalizada, uma evasão, uma criança estigmatizada sem motivos.

Diante do exposto, percebemos que urge a necessidade de uma efetiva Educação Inclusiva, pois são imensuráveis os prejuízos acarretados face ao processo de exclusão que os alunos com necessidades educacionais especializadas enfrentam. Não obstante, entendemos que as adaptações requerem tempo e há um amparo legal para que elas aconteçam. Essa construção, portanto, se dá gradativamente, são muitos pormenores que norteiam o processo da educação inclusiva, e, é bastante amplo o quadro de mudanças a ser adotado.

A escola precisa romper com o modelo de sala de aula homogênea, é necessário entender que a heterogeneidade deve ser levada em consideração, pois ela estimula a construção do saber entre os alunos. Cada aluno tem a sua história e carrega consigo saberes individuais, sua leitura de mundo a partir da sua cultura e do meio em que ele está inserido. E, esse saber não deve ser deixado passar despercebido, deve ser instigado e compartilhado.

Além do mais, para garantir os direitos dos alunos com necessidades educacionais especializadas, deve existir, também, a parceria entre outros órgãos públicos para agilizar o atendimento com profissionais médicos especialistas, por exemplo, que vão contribuir para o diagnóstico do aluno. Ainda assim, são inegáveis os avanços alcançados no que diz respeito ao Atendimento Educacional Especializado, mesmo que haja novos horizontes a serem alcançados e novos caminhos a serem percorridos nessa consolidação. Vale aqui ressaltar a criação das Salas de Recursos Multifuncionais:

O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial, criou o programa de implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, instituído por meio da portaria nº 13 de 24 de

abril de 2007, que tem como finalidade a disponibilização de equipamentos, mobiliário e materiais pedagógicos, visando apoiar as redes de ensino na organização e oferta do atendimento educacional especializado. (INCLUSÃO, 2010, p. 60).

Dessa forma, o aluno que passou a ser atendido nas salas de aula regulares, ganhou também um novo espaço no ambiente escolar, a sala de recursos, onde ele passará parte do tempo. Evidencia-se, porém, que as salas devem oferecer estrutura física adequada para atender às peculiaridades dos alunos e, também, dispor de material pedagógico apropriado, além de toda uma mobília adaptada. Outro fator de extrema importância, é a indispensabilidade de capacitação de profissionais para atuarem nesse ambiente específico. Destaca-se também que toda a escola, não somente a sala de recursos deve oferecer uma estrutura física adequada para atender às diferentes demandas de alunos. Sobre as inovações pelas quais a escola deve passar, Mantoan (2003, p. 32) nos diz o seguinte:

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada.

A autora defende também o conceito de que o modelo educacional propicia a segregação, pois não atende a cada aluno de forma individual. A despeito de possuir alguma deficiência, cada aluno é único e deve ser tratado como tal, ou seja, deve-se levar em consideração as particularidades de cada um e buscar ensinar de forma que todos sejam contemplados e não reputados como incapazes. Diante dessa premissa, percebemos que a inclusão total que a autora defende é uma discussão bem mais ampla que perpassa as barreiras da Sala de Recursos Multifuncionais. Mais do que um espaço específico na escola para que os alunos possam aprender de forma eficaz, Mantoan defende uma escola que no seu âmago seja capaz de enxergar a beleza da diversidade em suas múltiplas facetas:

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. Não se trata de uma aceitação passiva do desempenho escolar, e sim de agirmos com realismo e coerência e admitirmos que as escolas existem para formar as novas gerações, e não apenas alguns de seus futuros membros, os mais capacitados e privilegiados. (MANTOAN, 2003, p. 36).

Todavia, voltamos a afirmar que o momento que contemplamos hoje na educação nacional, apresenta grandes avanços referentes ao Atendimento Educacional Especializado. Sair da estereotipia e galgar novos trajetos, já é um ganho, vivenciamos décadas em que os alunos com necessidades educacionais especializadas estiveram à margem do acesso à educação regular, hoje existe a garantia desse acesso, há um espaço na própria escola para um atendimento especializado e tem-se buscado a capacitação de profissionais para atender a esse aluno de acordo com suas necessidades.

2.2 DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES

Durante o processo de implementação da educação inclusiva enfrentou-se e enfrentam-se grandes desafios para que sejam atendidas as necessidades especiais dos alunos e para que eles tenham acesso à escola no ensino regular. Inicialmente não se achava necessário que os alunos com algum tipo de deficiência tivesse acesso ao ensino da maneira igual aos demais. Esses alunos viviam à margem da educação escolar.

Quando falamos em oportunizar a educação inclusiva para os alunos temos que considerar a diversidade da aprendizagem e o seu direito de equidade na perspectiva de oferecer aquilo que é específico na sua necessidade. Não obstante, devemos levar em consideração a adequação do ambiente escolar para atender esses alunos de forma integral, pois este deve passar por uma reestruturação física de forma a facilitar o acesso dos alunos e propiciar sua locomoção dentro do ambiente.

No entanto, há outro desafio que se interpõe na consolidação do Atendimento Educacional Especializado que é a formação dos profissionais. Sobre esse desafio, Mantoan (2003, p. 43) nos diz o seguinte:

No caso da formação inicial e continuada em relação à inclusão escolar, os profissionais devem ressignificar o seu papel de professor e de suas práticas pedagógicas e de uma formação em serviço que também muda. Essa proposta de formação parte do saber fazer, pois possuem experiências, problemas reais e situações do dia a dia, os quais funcionam como matéria prima das mudanças pretendidas pela formação.

Compreendemos que nesse sentido a formação continuada do professor é de suma importância para o seu compromisso com as necessidades educacionais especiais, para assim assegurar os domínios de aprendizagem. Além da formação profissional, temos a escola que precisa estar estruturada para receber esses alunos, dando condições para esses estudar em um ambiente organizado como assegura a Constituição Federal de 1988 nos Art. 205 e Art. 208:

Art. 205-A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 208 III-Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Diante dos artigos aqui citados percebemos a consolidação dos direitos adquiridos por esses alunos, bem como a obrigatoriedade da oferta dessa modalidade nas escolas de ensino regular, garantindo assim que os alunos iniciem sua vida estudantil.

Quando falamos sobre isso entendemos como a educação especial e o atendimento aos com alguma necessidade educacional especializada tem um reflexo na sociedade, assim respeitando as diferenças e tornando o aprendizado possível a esses alunos. Entretanto, devemos pensar com um olhar diferenciado mais comprometido com a educação especial, trazendo para vida desses alunos uma educação de qualidade. É importante ressaltar que para trabalhar no ambiente escolar regular devem-se reconhecer as diferenças e se organizar de modo a atender a todos no âmbito de enriquecimento educacional e no cenário da inclusão. Para tanto, é necessário haver uma dinâmica, uma metodologia, um planejamento e escolhas de conteúdo voltados para promover uma aprendizagem significativa para os alunos com deficiência.

Segundo Mantoan (2006, p. 76) "A maioria dos professores tem uma visão funcional do ensino e tudo o que ameaça romper o esquema de trabalho prático que aprenderam a aplicar em suas salas de aula é inicialmente rejeitado". A autora ressalta ainda a forte influência dos elementos referentes à identidade profissional como sendo um dos itens inibidores do rompimento do "esquema de trabalho" já adotado pelos professores.

Infelizmente essa realidade é muito presente no cotidiano escolar. Grande parte dos professores segue um modelo metodológico que resistem em mudar para que a turma seja atendida de forma integral. Todavia, ao se trabalhar com o processo de inclusão, é necessário romper com esse paradigma, pois a construção do conhecimento deve estar adequada à capacidade de cada aluno de acordo com as suas necessidades.

E ainda, o processo de inclusão é muito mais abrangente do que apenas as discussões que permeiam quanto à prática docente. É uma ação que perpassa o ambiente escolar visto que o aluno precisa ser incluso de forma total na sociedade como um todo. Acerca disso, Mantoan (2005, p. 96) afirma o seguinte:

Inclusão é a nossa capacidade de entender e receber o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva

acolhe todas as pessoas sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que tem comprometimento mental, para os superdotados, e para toda criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro.

Dessa forma, percebemos que ainda existem muitos desafios a serem transpostos, não apenas em relação à própria escola e à formação continuada do professor, mas, também na sociedade em geral e no próprio seio familiar. Ainda existe deficiência de Políticas Públicas que norteiem as ações de inclusão. Não raro, os pais ou responsáveis desconhecem seus direitos no concernente à oferta educacional especializada. E, lamentavelmente existe ainda muito desinteresse dos profissionais em deixar sua comodidade e buscar se adequar para atender, com efeito, esse público em especial.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa realizada percebemos a importância do progresso alcançado quanto à oferta do Atendimento Educacional Especializado. Anteriormente os alunos com necessidades especiais não tinham espaço no ambiente escolar, mas este está sendo conquistado. Atualmente os alunos são tratados de forma mais igualitária e têm garantido o direito a frequentar a sala de aula de ensino regular. Além disso, os alunos com necessidades educacionais especializadas são assistidos de maneira integral, um período na sala de aula e o outro na Sala de Recursos Multifuncionais.

Ainda existem desafios a serem alcançados, a exemplo da estruturação arquitetônica dos prédios escolares, a presença de profissionais para atendimento específico como um intérprete de libras, um acompanhante especializado na escola para a pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Porém, é oportuno registrar que nem todas as escolas possuem a Sala de Recursos Multifuncionais, que é um espaço de fundamental importância para atender aos alunos com necessidades educacionais especializadas. Além de garantir aprendizado significativo na vida desses alunos, a Sala de Recurso auxilia em seu processo de socialização.

No que diz respeito à formação dos profissionais, ainda há caminhos a serem percorridos, a exemplo da oferta de cursos de capacitação. Além disso, alguns profissionais não demonstram interesse em se especializar para atender ao público diferenciado. Por isso, a demanda ainda é desproporcional à oferta.

Entretanto, deve-se persistir na construção da oferta do Atendimento Educacional Especializado para que de forma igualitária os alunos tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizado e crescimento dentro de suas limitações e com vista às diferenças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica**. MEC SEESP, 2001.

GRANDE, Rosilene Munhoz Casa. **Inclusão**: privilégio de conviver com as diferenças. Memorial de Formação. Campinas-SP, 2006.

INCLUSÃO: **Revista da educação especial**. Secretaria de Educação Especial. V.5, n.1 (jan/jul) - Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010. p.60.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças. **Nova Escola**, maio, 2005. Disponível em: <<http://www.portal.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-leituras/WEBENTREVISTAS/inclusao%20e%20o%20privilegio%20de....pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

Data do recebimento: 30 de novembro de 2017

Data da avaliação: 23 de novembro de 2017

Data de aceite: 12 de dezembro de 2017

1 Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: amonizesantos@bol.com.br

2 Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: jussara_xomada@hotmail.com

3 Mestranda em Educação e Professora, Universidade Tiradentes – UNIT; Especialista em Língua de Sinais brasileira LIBRAS pela Faculdade Pio Décimo e em Linguística pela Faculdade Universidade Gama Filho – UGF/ Rio de Janeiro e em Políticas Públicas e Contextos Educativos pelo Centro Integrado de Tecnologia e Pesquisa – CINTEP/João Pessoa; Graduada em Letras Português, Universidade Tiradentes – UNIT.

E-mail: kathia.nascimento@hotmail.com

